

| 858 | MEGAEVENTOS E EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL NA METRÓPOLE: O CASO DE SÃO LOURENÇO DA MATA - PE

Maria das Neves Medeiros de Melo, Alexandre Sabino do Nascimento

Resumo

Analisa-se o papel dos Megaeventos e seus Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano associados, ligados em muitos casos a projetos políticos de desenvolvimento urbano e (re) estruturação das cidades num quadro de "novo desenvolvimentismo". Para tanto se escolheu a Região Metropolitana de Recife, enfocando-se a cidade de São Lourenço da Mata, e seus projetos relacionados ao tema do estudo. Destaca-se o papel transformador das novas formas geográficas no espaço urbano das cidades atrelado ao processo de acumulação e expansão geográfica do capital e seus efeitos socioeconômicos em espaços periféricos com fraca divisão do trabalho e características de desigualdade.

Palavras-chave: acumulação do capital; desenvolvimento; megaeventos; produção do espaço; São Lourenço da Mata

Introdução

Uma das ações que passam a fazer cada vez mais parte das agendas de gestores das metrópoles no mundo, e agora também do Brasil, são a promoção e realização de Megaeventos e seus Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano associados, ligados em muitos casos a projetos políticos de desenvolvimento urbano e a busca de competitividade e investimentos dentro de uma “guerra de lugares” no chamado mercado de cidades. A metrópole de Recife capital do estado de Pernambuco não fica de fora sendo puxada por um projeto de cunho “novo desenvolvimentista” do estado que passou a disputar seu lugar no *hall* das metrópoles ligadas a uma nova economia, centrada na produção e consumo do espaço.

Lança-se neste estudo a questão: sediar a Copa do Mundo é um meio para Recife e sua região metropolitana, dando ênfase ao município de São Lourenço da Mata, se reposicionar política e economicamente no cenário regional, estadual, nacional e internacional ou um meio para se viabilizarem os projetos de desenvolvimento urbano de determinados grupos econômicos, vinculados aos setores financeiros, imobiliários, comerciais e turismo? É necessário, portanto, entender e acompanhar a articulação entre o megaevento esportivo e seus projetos de (re)estruturação urbana com a produção e reprodução do espaço. Representando, neste artigo, uma nova fase do processo de acumulação do capital, que se dá via espoliação (HARVEY, 2003; 2011) ou no papel das

formas geográficas como difusoras do capital e transformadoras das estruturas sociais. (SANTOS, 2007).

Para a análise e escopo deste trabalho ficaremos com a análise dos projetos: Arco Metropolitano (RMR), Terminal Cosme e Damião e a Cidade da Copa em São Lourenço da Mata, obras que apontam para o processo de modernização e (re)valorização das áreas que compreendem esses projetos e seus entornos. Deve-se avisar de início, que não está no escopo deste trabalho analisar esses projetos, planos e ações de forma exaustiva ou no seu âmago, e sim ver se/como suas metas, objetivos, ações e desdobramentos afetam ou podem afetar a área de estudo e representam de alguma forma nuances do processo de expansão geográfica de acumulação do capital e de políticas ligadas a uma linha do chamado novo desenvolvimentismo no estado do Pernambuco (HARVEY, 2011; BRESSER-PEREIRA, 2010).

Para tanto o trabalho está dividido em quatro partes: primeiramente apresenta-se um quadro da dinâmica recente de desenvolvimento do estado de Pernambuco, que porta características ligadas a um planejamento de cunho “novo desenvolvimentista”; em segundo apresentamos o tema dos Megaeventos Esportivos e sua relação com a dinâmica geográfica da acumulação do capital na produção do espaço urbano; em terceiro esboça-se um pequeno quadro das características socioeconômicas da cidade de São Lourenço da Mata que irá abrigar o projeto Cidade da Copa a fim de relacionar suas características socioeconômicas com a emergência de Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano - GPDU's em seu território e suas possíveis consequências, o que será o tema do capítulo posterior.

Breve panorama da dinâmica econômica do estado de Pernambuco

A partir da segunda metade dos anos 1970 até o início da década de 1990, o estado de Pernambuco vivencia um ciclo de perda de dinamismo econômico, resultante de investimentos realizados nos demais estados da região Nordeste a exemplo do Polo Petroquímico de Camaçari e do Polo minero-metalúrgico de São Luís, além da redução da função de entreposto comercial que o estado exercia. O fato dos investimentos terem sido, em grande parte, direcionados para a RMR também afetou a economia pernambucana.

Nos anos 2000 o desempenho econômico relativo do estado vem sendo recuperado tendo em vista as políticas de descentralização do desenvolvimento promovendo a interiorização dos investimentos. Uma maior abertura das economias periféricas, bem como uma transformação no papel do Estado como indutor de atividades econômicas, forjou

a entrada de diversos investimentos no estado de Pernambuco e estimulou o engajamento de diversas políticas.

Dentre estas políticas deve-se atentar para o papel da Agência de Desenvolvimento estadual (ADDIPER) e do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (PRODEPE) que fornecem subsídios a empresas que se interessam em estabelecer suas estruturas no estado de Pernambuco, além de estimularem a diversificação das exportações do estado. A prioridade para este último vem do fato de Pernambuco ser o segundo maior mercado consumidor do nordeste e sua localização – Pernambuco se localiza no centro da região nordeste - favorece o crescimento do seu polo logístico.

Em meio a todos os investimentos abrigados em solo pernambucano, um com certeza se destaca: o Complexo Industrial Portuário de Suape. O maior polo de atração de negócios do nordeste brasileiro vem alavancando a economia do estado, resultado da soma de investimentos de diversos setores como: petroquímico, biotecnológico, construção civil, indústria, tecnologia, farmacêutico, automotivo, indústria naval etc. São mais de 100 empresas em operação, criadoras de mais de 25 mil empregos diretos, e outras 50 em fase de implantação.

Segundo LIMA, J. P. R. *et al* (2007) “Nota-se ainda que Suape agrega uma multimodalidade de transportes, com rodovias e ferrovias internas, aliadas a um porto de águas profundas com redes de abastecimento de água, energia elétrica, telecomunicações e gás natural instaladas em todo o complexo(...)”. Toda essa estrutura impulsiona o advento de grandes indústrias estimuladas pela tendência à concentração espacial das atividades e conseqüentemente, dos equipamentos e infraestruturas necessárias.

Alguns outros investimentos já instalados, bem como os que estão para se estabelecer, merecem ser citados como: o Porto Digital (que em média quatro anos de funcionamento desenvolveu cerca de 2 mil postos de trabalho, além de atrair mais de 10 empresas de outras regiões do país e ainda 4 multinacionais estimuladas pela forte oferta de capital humano especializado em tecnologia da informação e comunicação); a Hemobrás (que será uma das âncoras do Polo Farmacoquímico de Pernambuco, em construção no município de Goiana/PE); a fábrica da FIAT (também no município de Goiana, com expectativa de geração de mais de 3,5 mil postos de trabalho); e ainda o Polo Médico localizado na RMR; a construção da ferrovia Transnordestina e o projeto do Arco Metropolitano.

Por fim tem-se a escolha de Pernambuco como sub-sede da Copa do Mundo 2014 sendo abrigado no esteio do grande projeto Cidade da Copa a ser concluído no município de

São Lourenço da Mata (PE), instigando a análise da realização de megaeventos em regiões de economias periféricas e emergentes tema a ser abordado nos tópicos a seguir.

Megaeventos esportivos e a dinâmica geográfica da acumulação do capital na produção do espaço urbano

Representando o segundo maior grande evento esportivo da era moderna a Copa do Mundo vem ganhando uma dimensão nunca imaginada antes, produzindo nos países e cidades que a sediam - como demonstrado em experiências recentes (Copa 2010) - mudanças substanciais na paisagem e estrutura urbana que geralmente implicam em mudanças de conteúdos socioeconômicos em subespaços das cidades receptoras. Mudanças essas que se relacionam com o planejamento urbano moderno que, nas últimas décadas, passa a ser estratégico empresarial, flexível, com intervenções urbanísticas pontuais, limitadas no tempo e no espaço (GPDUs), e orientadas pelo e para o mercado. Assim têm-se também a gestão da cidade como um negócio ou uma empresa, e uma coalizão dos interesses públicos com os privados, refletido na maioria dos GPDUs na forma de instrumentos como parcerias público-privadas - PPPs, Operações Urbanas Consorciadas etc. (MASCARENHAS, BIENENSTEIN & SÁNCHEZ, 2011).

Em seu livro “O enigma do capital” Harvey (2011) destaca o conceito de “destruição criadora” e a necessidade premente do sistema produzir novos espaços para fugir de sua crise de acumulação por meio da absorção do excedente na transformação urbana. Harvey aponta o lado sombrio deste processo “O lado sombrio da absorção do excedente por meio da transformação urbana implica, entretanto, episódios repetidos de reestruturação urbana com ‘destruição criadora’. Isso destaca a importância das crises como momentos de reestruturação urbana. Tem uma dimensão de classe, pois são geralmente os pobres, os desfavorecidos e os marginalizados do poder político que sofrem especialmente com esse processo” (HARVEY, 2011, p. 144).

Assim temos a produção do espaço na área estudada, pois lugares como a cidade de São Lourenço da Mata que apresenta divisão do trabalho pouco complexa, baixa densidade urbana, níveis de escolaridade e renda muito baixos e forte presença de elementos naturais (matas, reservas e mananciais) que são características que podem ser as primeiras a serem afetadas no processo de integração econômica ou de reestruturação urbana via GPDUs. Harvey chama a atenção de como a qualidade de vida urbana torna-se hoje uma mercadoria tão importante quanto o próprio direito à cidade.

Destaca-se assim a emergência de uma série de projetos de Cidades Planejadas em Pernambuco que vem ganhando força com o lançamento sucessivo de novos empreendimentos que se desenham sob as mesmas bandeiras da sustentabilidade e dos bairros e cidades planejadas. Esses espaços que estão sendo projetados preveem shoppings, centros de serviços, escolas, universidade, áreas de lazer e estruturas diversas (Cidade da Copa). (LEAL & SOUSA, 2012).

Mariana Fix (2011) atenta para o fato da mudança no setor de financiamento imobiliário no início do governo Lula que foi inspirada no Projeto Moradia este previa a criação do Ministério das Cidades e a elaboração de uma política urbana com as propostas setoriais de saneamento, transporte e planejamento territorial, além da habitação. Esse novo arranjo, combinando a maior entrada de fluxos de capital nacional e estrangeiro, teve efeitos significativos, mas os mesmos mantiveram o padrão de construção para classes alta e média alta, pois a produção de habitação para as mesmas tinha demanda mais solvável (FIX, 2011).

Temos assim uma expansão geográfica da produção imobiliária com empresas agora capitalizadas na bolsa após sua abertura de capital, seguindo outros ramos da economia, produzindo cada vez mais. Destaca-se aqui o pensamento de Harvey sobre isso quando diz “O ambiente construído que constitui um vasto campo de meios coletivos de produção e consumo absorve enormes quantidades de capital tanto na construção quanto na manutenção. A urbanização é uma forma de absorver o excedente de capital” (HARVEY, 2011, p. 75).

A tese de Harvey é provar como os processos gerais de produção do espaço são presas de processos de formação e resolução de crises, para tanto o mesmo utiliza a ideia de ordenação espaço-temporal que aborda a absorção dos excedentes de capital e trabalho que são características do processo de sobreacumulação, em um dado tempo, em um sistema territorial pelos seguintes fatores: deslocamento temporal via investimentos de capital de longo prazo ou gastos sociais, para retardar a circulação de valores de capital; deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e de recursos, sociais e de trabalho (HARVEY, 2003). O mesmo prefere a combinação destes dois fatores. Assim o mesmo indica através da análise dos fluxos de capital dentro dos circuitos do capital a passagem destes fluxos do circuito primário (produção e consumo imediatos) para os circuitos secundário (capital fixo e de formação de fundo de consumo) e terciário (gastos sociais e de pesquisa e desenvolvimento) que absorvem o capital excedente em investimentos de longa duração.

No circuito secundário do capital os fluxos tomam dois caminhos: capital fixo (instalações fabris [FIAT em Goiana], entroncamentos ferroviários [Transnordestina], rodovias [Arco Metropolitano] e portos [Suape] etc.) e a produção de fundo de consumo (como a habitação [MCMV]). Avulta-se aqui que esse circuito é um grande absorvedor de capital e trabalho, principalmente em condições de expansão geográfica. (HARVEY, 2003).

Deve-se tomar atenção para o fato de que as agendas e ações ligadas a estes projetos gerarem um desenho fundamentado no crescimento de "ilhas de desenvolvimento" ligadas por obras de mobilidade que leva à assertiva de que a produção do espaço através da inovação (espacial, financeira, jurídica etc.) favorece a obtenção de uma alta lucratividade, dinamizando a atividade imobiliária e a polarizando. Em consequência, a competição entre as empresas do setor imobiliário gera o aumento do preço do solo, motivando a busca por terrenos mais distantes dos principais centros urbanos ou em outros municípios e estados. A expansão em direção às periferias (ou, inclusive, áreas rurais), às cidades médias e às fronteiras agrícolas parece estar promovendo mudanças importantes na rede de cidades brasileiras. (LEAL & SOUZA, 2012; FIX, 2011).

Assim se dá uma produção do espaço fragmentado, produção de espaços seletivos, algo próximo do processo de produção do espaço estudado por H. Lefebvre quando o mesmo afirmava que existiam três momentos: homogeneização, fragmentação e hierarquização.

Atente-se também para a ascensão de novas formas de gestão pública como o Empreendedorismo Urbano (HARVEY, 2005; COMPANS, 2005), paradigma de gestão pública advindo do processo de reestruturação produtiva como forma de manter a reprodução ampliada do capital nas cidades. Compans sobre o mesmo afirma "Esse padrão de comportamento diz respeito à assunção de um papel dirigente do governo local (ou supralocal) na promoção do desenvolvimento econômico - seja na inversão direta de recursos na modernização da infraestrutura urbana, seja na elisão de constrangimentos de natureza legal ou burocrática à valorização dos capitais privados -, a participação crescente do setor privado na gestão dos serviços e equipamentos públicos, à busca de construção do consenso social em torno de prioridades "estratégicas" de investimentos e à introdução de uma racionalidade empresarial na administração dos negócios públicos" (COMPANS, 2005, p.20).

É importante destacar o fato de que as relações (im)postas entre as cidades e os megaeventos esportivos evidenciam situações para além das atividades desportivas como a ampliação dos espaços "públicos" e da qualidade de vida urbana que refletem diretamente

na reprodução das relações de produção capitalistas nos espaços receptores (MASCARENHAS, BIENENSTEIN & SÁCHEZ, 2011). Desta forma essa intencionalidade de se ajustar aos interesses globais tem como consequência a reestruturação espacial das cidades, que seletivamente escolhem os lugares já portadores de vantagens de mercado/competitivas – ou portadores de sistemas técnicos, levando a segregação sócio-espacial, já existente, na maioria das cidades brasileiras a ficar cada vez mais gritante.

Assim passemos a uma visão panorâmica do município de São Lourenço da Mata para entendermos sua dinâmica econômica e social, e termos uma ideia geral do mesmo mostrando em que contexto sócio-espacial esses GPDU's e o megaevento da Copa de 2014 serão inseridos.

A Cidade da Copa: um breve olhar sobre a configuração socioeconômica da população de São Lourenço da Mata (PE)

Apesar da cidade do Recife figurar como sede, a Arena onde serão realizados os jogos fica em São Lourenço da Mata um dos 14 municípios que compõem a Região Metropolitana do Recife – RMR o mesmo possuía em 2000, 90.402 mil habitantes. Em 2010 esse número ascendeu para 102.895 mil (Censo 2000-2010/IBGE). Com um crescimento de pouco mais de 10 mil habitantes em 10 anos, o município situado na zona oeste da Região Metropolitana de Recife (RMR), é o 4º com maior população na RMR. Analisando-se a evolução das pirâmides etárias do município, junto ao estado de Pernambuco e do Brasil, percebe-se que o padrão de evolução populacional é similar.

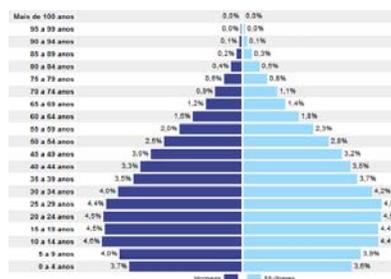
O fenômeno de transição da estrutura etária da população observado nos últimos 10 anos é representado pelo contínuo estreitamento da base das pirâmides indicando um arrefecimento do crescimento vegetativo, combinado com a diminuição das taxas de natalidade (comportamento identificado em função das mudanças na estrutura das famílias no país, bem como uma maior influência do planejamento familiar e de métodos e prevenção à gravidez na adolescência, observado em sua maioria nas populações de renda mais baixas).

Percebe-se que o topo vai crescendo com o passar dos anos o que indica um aumento na expectativa de vida da população, que consegue chegar a ocupar as faixas etárias mais altas, bem como a diminuição da mortalidade nas idades economicamente produtivas, que se encontram no meio da pirâmide.

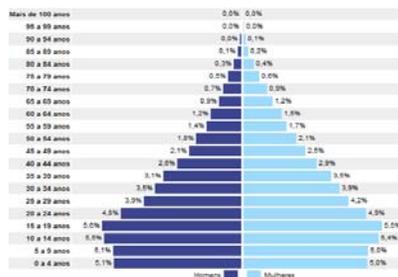
Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade (Brasil, Pernambuco e São Lourenço da Mata).



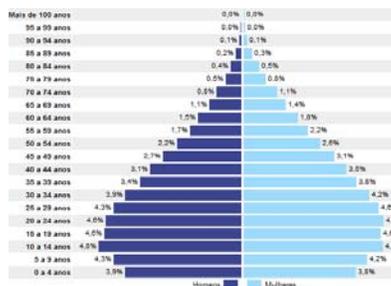
Brasil (2000)



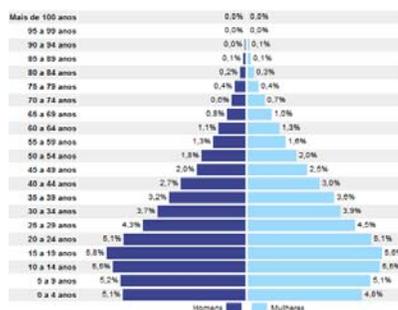
Brasil (2010)



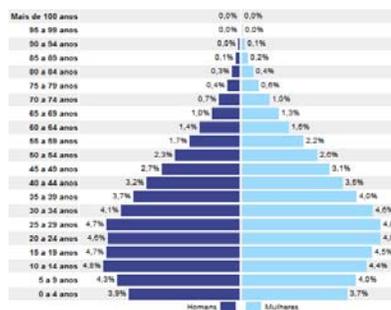
Pernambuco (2000)



Pernambuco 2010



São Lourenço da Mata (2000)



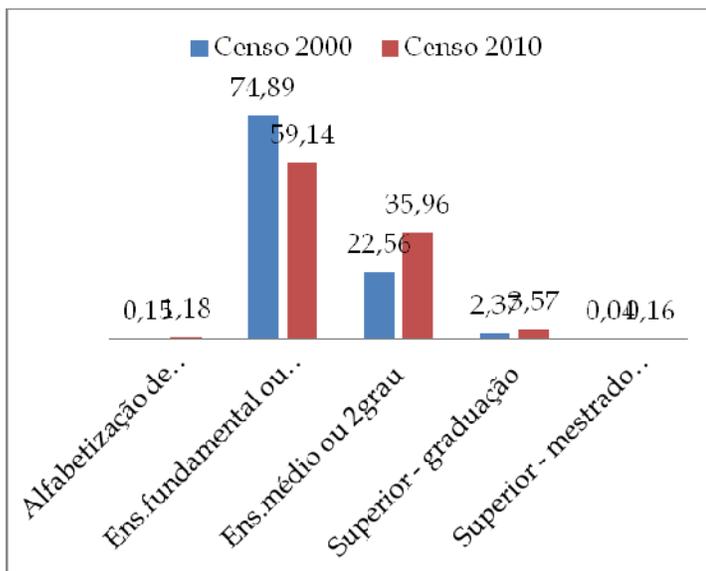
São Lourenço da Mata (2010)

Fonte: Censos Demográficos 2000-2010 (IBGE)

No que diz respeito à renda e escolaridade, São Lourenço vem apresentando uma contínua evolução. Variáveis desse tipo são ideais para se analisar o nível de desenvolvimento humano, levando em consideração a inserção do indivíduo no mercado de trabalho por meio de um maior nível de escolaridade, e os resultados dessa inserção laboral efetivados no seu nível de renda, que, por sua vez, gera uma maior possibilidade de arcar com os custos de especializações ou cursos técnicos com o intuito de aumentar o seu rendimento mensal. Escolaridade e renda são duas variáveis que podem ser analisadas em conjunto, tendo em vista sua correlação observada principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil, onde o ensino público ainda não consegue garantir uma

educação básica de qualidade, estimulando as classes de renda média e alta a procurarem o ensino privado.

Gráfico 1. Curso mais Elevado que Frequentou, concluindo pelo menos uma série. -São Lourenço da Mata (PE)



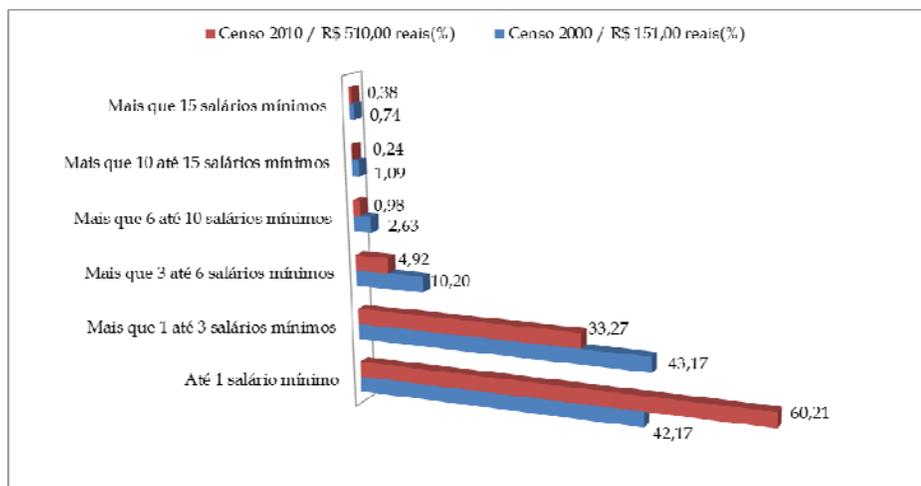
Fonte: Censos Demográficos 2000-2010 (IBGE)

Analisando-se os gráficos individualmente, tem-se primeiramente o de escolaridade (gráfico 1), construído a partir da variável que define o curso mais elevado frequentado pelo indivíduo. O que pode ser observado é um efeito de aumento em algumas categorias e de diferenciais de proporção em outras. Os aumentos foram identificados nas categorias de alfabetização de adultos, curso superior de graduação e curso de mestrado-doutorado. A procura por cursos de alfabetização de adultos oferecidos pelo ensino público é cada vez maior, uma vez que o setor de serviços - predominante na economia - requer no mínimo uma escolaridade mais básica.

O aumento de setor de serviços estimula a população de rendas mais baixas a procurar medidas que aumentem seu capital humano no intuito de se tornarem mais competitivos no mercado de trabalho. Apesar do crescimento, os cursos de alfabetização de adultos são representados por uma proporção muito pequena da população - o grupo representava 1,18% no ano de 2010 - tendo em vista o aumento no acesso a educação básica nas faixas etárias adequadas. Este fator acarreta na diminuição do nível de analfabetismo e, conseqüentemente, a procura por esses cursos.

Também estimulados pela melhoria dos níveis de renda, pessoas que já são qualificadas na educação fundamental e média, tendem a incrementar as categorias de nível superior e de mestrado e doutorado – como observado no gráfico –, bem como especializações e determinadas áreas, adquiridas por meio de cursos técnicos ou acadêmicos. Por fim, tem-se o efeito de mudança nas proporções no acesso ao ensino fundamental e médio. Desta análise podemos captar que 59% da população frequentaram no máximo o ensino fundamental apresentando assim uma escolaridade muito baixa para se inserir nas atividades que poderão vir a se instalar na cidade, que são representativas de setores do chamado Terciário Moderno, sendo que a baixa escolaridade da população pode levá-la a ficar a margem de tal desenvolvimento previsto pra área. (SANTOS, 2007).

Gráfico 2. Faixas de renda da população do município de São Lourenço da Mata (PE) em número de salários mínimos.



Fonte: Censos Demográficos 2000-2010 (IBGE)

Para análise por faixas de renda de salário mínimo deve se levar em consideração a distinção nos valores em reais observados nos dois momentos selecionados. Durante a realização do censo demográfico do ano 2000, o salário mínimo era de R\$ 151,00 reais; no censo de 2010, este valor já sobe para R\$ 510,00 reais. Também é importante ressaltar que, para a elaboração do gráfico acima, foi utilizada a variável “total de rendimentos em todos os trabalhos”. Esta variável é representada apenas pela parcela da população que possuía emprego ou ocupação na semana de referência do censo, sendo assim, a variável foi estruturada em faixas de renda de salário mínimo para facilitar a compreensão.

Percebe-se no gráfico 2, que ao longo de 10 anos, cerca de 20% da população conseguiu o incremento do salário mínimo, passando de 42,17% em 2000 para 60,21% em

2010. Sendo considerada a noção de proporção, vê-se que a faixa que vai de mais que 1 até 3 salários mínimos tende a diminuir como pode ser observado. Com o aumento das faixas, aumentam também os valores, no entanto, diminui a frequência da população nestas faixas, uma vez que representam uma parte da população mais bem remunerada, principalmente se analisado segundo o censo de 2010. Como exemplo da faixa da população que recebia mais de 15 salários mínimos em 2010, ou seja, que possuía uma média de renda orçamentada em R\$ 7.000,00 reais.

Desses números podemos deter também que aproximadamente 93% da população ganha no máximo até 3 salários mínimos o que os deixa, primeiramente, fora dos projetos de grande parte dos empreendimentos imobiliários enquadrados no programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, pois as construtoras na sua maioria fazem projetos para o chamado “setor econômico” (até 160 mil reais) que é justamente o da população com renda superior a 3 salários mínimos (FIX, 2011). Segundo porque os GPDU's trazem valorização imobiliária na maioria dos espaços por eles atingidos, e sendo a população de São Lourenço da Mata vulnerável economicamente isso pode trazer-lhes problemas futuros quanto a seu “Direito à Cidade”.

Para concluir o perfil socioeconômico da população de São Lourenço da Mata (PE), tem-se a exposição da tabela 1 onde constam informações que dizem respeito ao setor de ocupação dos habitantes. Essa análise é de suma importância para reconhecer mudanças ou continuidades nos padrões de especialização da população e seu enquadramento no mercado de trabalho, e suas características de divisão do trabalho, que podem levá-la a se adaptar ou não ao novo processo de desenvolvimento urbano vindouro. Os espaços marcados com um asterisco (*) indicam a falta de representatividade suficiente para exposição.

É possível observar a manutenção da ocupação de serviços domésticos em geral (cerca de 26%) com o passar dos anos indicando a maior procura por setores de ocupação que exijam menos especialização de capital humano e predominantemente no setor de serviços – como observa-se também na ocupação de ‘balconistas e vendedores de lojas’ que se manteve em 13%- muitos destes indivíduos possivelmente trabalham na capital Recife, uma vez que esta representa a maior demanda do setor. A partir daí podem ser analisadas as quedas de algumas ocupações como: a queda na ocupação de Vendedores ambulantes, Vigilantes e guarda de segurança, Trabalhadores dos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros e Trabalhadores agrícolas, tendo estes dois últimos, perdido representatividade o suficiente para não serem levados em consideração no ano de 2010.

Finalmente podem-se observar as ocupações que ascenderam proporcionalmente e aquelas que a representatividade aumentou o suficiente para como que “substituírem” as ocupações que obtiveram uma maior queda de proporção. São elas: Trabalhadores elementares da construção de edifícios, Pedreiros, Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes e Professores do ensino pré-escolar.

Tabela 1. Principais setores de ocupação da população do município de São Lourenço da Mata (PE)

Principais setores de ocupação	Censo	Censo
	2000	2010
	Percentual	Percentual
	%	%
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	24,4	26,09
Vendedores ambulantes	18,7	6,06
Balconistas e vendedores de lojas	13,0	13,73
Trabalhadores elementares da construção de edifícios	9,1	15,45
Vigilantes e guardas de segurança	9,0	8,97
Trabalhadores dos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	8,9	*
Pedreiros	8,7	13,88
Trabalhadores agrícolas	8,3	*
Condutores de automóveis, taxis e caminhonetes	*	9,85
Professores do ensino pré-escolar	*	5,98
Total	100,0	100,0

Fonte: Censos Demográficos 2000-2010 (IBGE).

O papel das Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano na reestruturação do espaço urbano de São Lourenço da Mata: algumas considerações

No livro “O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento” o atual governador do estado de Pernambuco Eduardo Campos fala das últimas décadas do século XX e do desmantelamento do Estado e da falta de impulso para o crescimento econômico no Brasil, e em especial no Nordeste, e saída da longa crise vivida pelo país. O mesmo destaca a recente retomada do crescimento e das políticas impulsionadoras deste processo e diz “Note-se que a recente retomada do crescimento se deu, justamente, em função de um conjunto de

políticas públicas direcionadas à elevação da renda dos mais pobres e à implementação de políticas de desenvolvimento voltadas para o fortalecimento da infraestrutura, o aumento do nível de investimento em grandes projetos e a geração de emprego” (CAMPOS, 2012, p.12).

Assim temos o papel dos grandes projetos sendo levantado por um representante do Estado, que comanda um dos estados que mais se desenvolveu nos últimos anos, mas com uma série de contradições dentro deste processo. Sobre o papel dos GPDUs o livro “The globalized city: economic restructuring and social polarization in European Cities” de Moulaert et al. (2002) analisa como os processos de globalização e liberalização econômica se articulam com o surgimento de novas formas de governança urbana, e sobre a relação entre os projetos de desenvolvimento urbano em grande escala e as relações políticas, sociais e econômicas de poder na cidade. Os autores pesquisaram 13 projetos de desenvolvimento urbano em grande escala (GPDUs) em 12 países da União Europeia e chegaram a algumas conclusões, das quais destacamos:

a) Os grandes GPDUs são cada vez mais utilizados para estabelecer medidas de excepcionalidade em procedimentos e políticas de planejamento, fazendo parte da chamada pelos autores de "Nova Política Urbana" neoliberal, que é associada com as novas formas de governança interurbana e suas intervenções caracterizadas por processos menos democráticos e prioridades orientadas pelas elites ou frações de capital dirigentes. (MOULAERT et al., 2002)

Pudemos perceber isso na região metropolitana de Recife com as obras de mobilidade para a Copa de 2014 com a remoção de centenas de famílias: a ampliação do Terminal Rodoviário de Cosme e Damião motivou que a prefeitura marcasse as residências de 200 famílias e fizesse um cadastro sem esclarecer o motivo (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011). Neste dossiê elaborado pelos Comitês Populares da Copa e articulado pela relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Moradia Adequada a urbanista e professora Raquel Rolnik pode-se encontrar algumas das práticas ligadas ao paradigma relacionado como “[...] quando o Poder Público já não mais negocia, apenas mostra sua força diante do cidadão mais desprovido.

São aplicadas estratégias de guerra e perseguição, como a marcação de casas a tinta sem esclarecimentos, a invasão de domicílios sem mandados judiciais, a apropriação indevida e destruição de bens móveis [...] Este relato está focado em 21 casos de vilas e favelas nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo e tem como pano de fundo comum o propósito da higienização, da ‘faxina social’, para o uso futuro de terras de alto valor imobiliário ou onde o Estado deseja

repassar a mais-valia decorrente de seus vultosos investimentos à iniciativa privada”.(Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011, p. 24).

Assim vemos surgir o projeto Cidade da Copa, um megaprojeto ligado a Copa do Mundo de 2014, a ser implantado em São Lourenço da Mata, numa área de 239 hectares. Com investimentos estimados em R\$ 1,6 bilhão para construção do Estádio para 46 mil pessoas, a partir da PPP (Parceria Público-Privado), formada pela a Odebrecht Participações e Investimentos, ISG (International Stadia Group) e a AEG Facilities, prevê, além da construção, exploração, operação e manutenção do estádio pelo prazo de até 33 anos. (LEAL & SOUSA, 2012).

Existe também um processo de reestruturação da cidade que não está levando em conta suas leis anteriores como seu Plano Diretor e Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS como afirmam Silva & Silva (2011) no tocante a preservação do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade, sobre isso os mesmos em seu artigo dizem “Apesar da estrutura administrativa estadual e municipal montadas para darem apoio ao evento algumas transformações urbanas estão ocorrendo no centro urbano e arredores de São Lourenço, de modo que uma série de edifícios arquitetônicos com interesse para serem preservados vem sofrendo reformas que descaracterizam a identidade da cidade, além de demonstrar que os instrumentos de proteção de Plano Diretor (Lei No 2159/2006) e Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei No 1749/1989) não estão cumprindo seus papéis de preservação” (SILVA & SILVA, 2011, p. 2-3).

c) como na sua maioria são projetos pontuais os mesmos são integrados precariamente nos processos e sistemas de planejamento urbanos, tem-se como consequência um ambiguidade quanto a seu verdadeiros impactos na cidade ou na área onde os mesmos estão localizados (MOULAERT et al., 2002). Neste ponto temos “As obras em área antes desocupada dão como fato consumado a abertura de uma frente de expansão urbana sem planejamento prévio, e com impactos ainda em estudo [...] a Cidade da Copa, onde deverá se inserir o estádio, está localizada em São Lourenço da Mata e tem licenciamento ambiental ainda em tramitação na Agência Estadual de Recursos Hídricos – CPRH”. (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011, p. 64).

d) em grande parte dos GPDU's acentua-se a polarização socioeconômica através da ação dos mercados imobiliários (com subida de preços e deslocamento de habitação social ou de baixa renda), há também mudanças nas prioridades dos orçamentos públicos, que são cada vez mais redirecionados de objetivos sociais para investimentos no ambiente construído e a reestruturação do mercado de trabalho e captura de investimentos privados.

Assim temos também que “[...] São grandes obras viárias, em sua maior parte relacionadas pelo Poder Público aos estádios da Copa ou a projetos de mobilidade que incluem ligações a instalações aeroportuárias, sempre abrindo novas frentes imobiliárias em suas margens ou em seus destinos”. (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011, p. 25).

Milton Santos (2007 [1979]) no seu livro *Economia Espacial* já falava do papel das formas como ferramentas do capital, sugerindo como algumas delas adquiriram certo poder que nunca haviam possuído antes, e de como as mesmas carregavam uma intencionalidade, sobre isso o mesmo afirma “[...] o mecanismo do planejamento tornou-se mais sutil. Os povos e países envolvidos, que têm passado da lavagem cerebral das teorias ocidentais acerca do crescimento e do espaço ou que se encontram indefesos perante elas, podem nem sequer suspeitar dos efeitos do planejamento [...] As formas este novo cavalo de Tróia, tornaram-se um meio de penetração nos países subdesenvolvidos”. (SANTOS, 2007, 188-9).

Assim temos, atualmente, uma série de projetos na região metropolitana de Recife que a primeira vista não mostram sua intencionalidade nem sua ligação como Arco Metropolitano projeto parecido com os implementados em São Paulo (Rodoanel) e Rio de Janeiro que compreende uma nova rodovia de 77 quilômetros estimada em R\$ 1,21 bilhão. O Arco será uma via expressa e pedagiada que funcionará como alternativa rápida ao estrangulado trecho urbano da BR-101.

Liga-se a isso a Cidade da Copa empreendimento que exigirá investimentos públicos em infraestrutura urbana de grande monta, para além das obras de mobilidade previstas, enquanto extensas áreas da Região Metropolitana de Recife – RMR permanecem com problemas estruturais de abastecimento de água, rede de esgoto e acessibilidade, entre outros. (Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2011).

Sobre isso Santos (2007) afirma “[...] a execução de projetos de planejamento aparentemente isolados mas que, contudo, visam ao mesmo alvo: acelerar a modernização capitalista e frustrar, se necessário, projetos nacionais de desenvolvimento” (SANTOS, 2007, p. 189).

Para Moulaert et al. (2002) os GPDU também refletem e incorporaram uma série de processos que estão associados com mudança de escalas espaciais de governança e essas mudanças, por sua vez, refletem uma mudança na geometria do poder no governo do urbano. Em Pernambuco já temos as ações da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – Condepe/Fidem – e a Secretaria Extraordinária da Copa que juntas traçam um planejamento estratégico para a região oeste da RMR que desta forma cai nas graças do

governo e, principalmente, do capital incorporador e imobiliário, sendo que existe toda uma agenda de ações e investimentos para esse setor, que valorizará esse novo nicho para o mercado, muitas dessas ações estão no livro “Oeste Metropolitano: realidades e desafios para o desenvolvimento regional sustentável” lançado no final do ano de 2011.

Considerações Finais

Vem ocorrendo no estado de Pernambuco, e, particularmente, na Região Metropolitana de Recife – RMR estratégias ligadas à produção do espaço em infraestruturas para a Copa de 2014 e outros projetos desenvolvimentistas que acabam por liberar um conjunto de ativos (terras, taxaço, inclusive força de trabalho) a custo baixo ou zero para que o capital sobreacumulado possa dar-lhe um uso lucrativo, geralmente sem consideração dos efeitos sociais de tais inversões.

Por conta de que a maioria dos trabalhadores da cidade de São Lourenço da Mata encontrar-se empregada ou ocupada em atividades dentro do circuito inferior da economia (SANTOS, 2005; 2007) e a inserção de novas formas espaciais pode levar ao desmantelamento da economia local e completa dependência do circuito inferior com relação ao circuito superior criado e reforçado, gerando um curto-circuito da economia local a qual emprega a maioria das pessoas, que por conta de sua baixa escolaridade terão problemas em se enquadrar dignamente e de forma positiva nesta nova economia, e poderão engrossar o quadro de trabalhadores inseridos na precarização do mundo do trabalho, isso para os absorvidos.

Assim, temos como vimos com Harvey (2011) uma inserção de megaprojetos de desenvolvimento urbano e regional na RMR que esboçam um projeto de governo ligado a uma matriz “novo desenvolvimentista” (BRESSER-PEREIRA, 2010) que refletem uma urbanização como forma de absorver o excedente de capital sob a produção de formas geográficas no espaço urbano das cidades atrelado ao processo de acumulação e expansão do capital.

Referências

- ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. 2011. Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil – Dossiê. Brasil.
- CAMPOS, E. 2012. Desenvolvimento e solidariedade. In. O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento. MARTINS, P. E. M. & MUNTEAL, O. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; FGV.
- COMPANS, Rose. 2005. **Empreendedorismo urbano**: entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp.
- FIX, M. A. B.. 2011. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.
- HARVEY, David. 2003. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola.
- . 2005. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume.
- . 2011. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo.
- LEAL, Suely M. R. & SOUSA, J. C. R. M. de. 2012. **Uma análise das tendências dos novos empreendimentos imobiliários em Pernambuco**: as cidades planejadas. Recife: UFPE (No prelo).
- LIMA, J. P. R. ; SICSU, A. B. ; PADILHA, Maria Fernanda F G . 2007. **Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado**. Revista Econômica do Nordeste, v. 38, p. 525-541.
- MASCARENAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. 2011. **O jogo continua**: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- MOULAERT, F., SWYNGEDOUW, E., RODRÍGUEZ, A. (Org.). 2002. **The globalized city**: economic restructuring and social polarization in European Cities. Oxford: Oxford University Press.
- SANTOS, Milton. 2005. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp.
- . Economia espacial: críticas e alternativas. 2007. 2. Ed. São Paulo: EDUSP.
- SILVA, T. J. P. da & SILVA, M. G. S. 2011. **A preservação do patrimônio de São Lourenço da Mata e os impactos da Copa 2014**. 2011. 2º Congresso Iberoamericano y X Jornada Técnicas de Restauración y Conservación del Patrimonio. La Plata.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. 2010. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. FGV-SP (Texto para Discussão n.274, Novembro de 2010).